# A HISTÓRIA INDÍGENA NO BRASIL COLÔNIA

ADELMA DOMICIANO MOREIRA DE SOUZA

RESUMO
Este artigo possui a intencionalidade de demonstrar a importância de incorporar os indígenas na História do Brasil como protagonistas, apresentando assim uma reflexão sobre algumas mudanças historiográficas resultantes dessa incorporação, apontando a relevância acadêmica, social e política dessa prática. A inclusão dos indígenas em nossa história na condição de sujeitos tem propiciado novas interpretações sobre vários temas.
Enfatizando que a história indígena articula-se com as histórias colonial e nacional, o texto relembra a importância de estreitar diálogos entre os especialistas para compreensões mais complexas dos processos históricos. Do ponto de vista político e social, as novas interpretações históricas sobre os índios cumprem o papel essencial de desconstruir ideias preconceituosas e discriminatórias.

PALAVRAS-CHAVE: protagonismo indígena; historiografia; história indígena

## INTRODUÇÃO

Os indígenas foram considerados sujeitos históricos e os múltiplos processos de interação entre suas sociedades e as populações que surgiram com a colonização europeia forem recuperados, “páginas inteiras da história do país serão reescritas; e ao futuro dos índios reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem
sabe, otimista” (Monteiro, 1995, p.228).

Com essas palavras, John Monteiro finalizava, em 1995, um capítulo sobre os desafios da História indígena no Brasil e conclamava os historiadores a
enfrentarem a tarefa.

Às indispensáveis articulações entre as histórias dos índios, as histórias regionais e, em perspectiva mais ampla, a história do Brasil. Afinal, como afirmou (Hill, 1996), as histórias indígenas se entrelaçaram com as histórias dos europeus desde que eles chegaram à América. Para a compreensão dos complexos processos históricos de formação e desenvolvimento das sociedades americanas é imprescindível levarmos em conta a presença e o protagonismo significativos dos inúmeros e distintos povos nativos do continente, que foram todos chamados índios.
Desde a década de 1970, a história do Brasil tem se renovado, com novas abordagens sobre vários temas. Novas perspectivas teóricas e conceituais somadas à incorporação cada vez maior de diversos tipos de fontes e à contínua e crescente interlocução dos historiadores com os demais especialistas das ciências sociais têm propiciado leituras inovadoras sobre o nosso passado.

A inclusão de novos atores e a preocupação em identificar suas ações, escolhas e interesses na dinâmica de suas trajetórias desconstroem visões generalizantes e simplistas, abrindo um leque de novas possibilidades interpretativas sobre os mais variados processos históricos (Cardoso; Vainfas, 1997; 2012).

Entre esses atores incluem-se, cada vez mais, os povos indígenas, cujo protago-

nismo, no entanto, passou a ser mais valorizado pelos historiadores apenas na década de 1990 (Monteiro, 2001).

## O LUGAR DOS ÍNDIOS NA HISTÓRIA: ALGUMAS REFLEXÕES

Os índios sempre estiveram na história do Brasil, porém, grosso modo, como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos. Suas ações não eram, absolutamente, consideradas relevantes para a compreensão dos rumos da história.

Essas concepções, predominantes por tanto tempo em nossa historiografia, já não se sustentam. Inúmeras pesquisas não deixam dúvida sobre o fato de que as ações e as escolhas indígenas deram limites e possibilidades aos processos de conquista. A pouca importância dada às atuações dos índios e o apagamento de suas identidades étnicas construíram-se pari passu com a supervalorização do desempenho dos colonizadores em narrativas eurocêntricas e preconceituosas que davam conta de responder às questões citadas. Heróis ou vilões, os poderosos portugueses teriam sido capazes de dominar milhares de povos guerreiros, catequizá-los e disciplinã-los, fazendo-os trabalhar e defender a terra
como fiéis e submissos servidores do rei.

Com leis que oscilavam entre o apoio a práticas de violência e de proteção aos índios, os portugueses e, posteriormente, os brasileiros teriam conseguido vencer, civilizar e/ou manipular inúmeros povos em proveito próprio, submetendo-os completamente, até fazê-los desaparecer sem deixar vestígios.

Essa "crônica da extinção" que, como afirmou (Monteiro, 1995), por tanto tempo caracterizou as abordagens históricas sobre os índios no Brasil era, de fato, coerente com as perspectivas historiográficas e as políticas indigenistas vigentes no século XIX e em boa parte do XX (Guimarães, 1988; Monteiro, 2001; Kodama,
2009; Almeida, 2010).

As narrativas de conquista e colonização enalteciam a ação heroica e desbravadora dos portugueses, enquanto os índios pareciam ser facilmente vencidos, catequizados e transformados por eles. Nos anos 1960 e 1970, uma historiografia de base marxista, propulsora da chamada história dos vencidos, criticava essas abordagens com denúncias sobre as atrocidades cometidas contra os índios.

Desconstruíam o caráter heroico dos nossos colonizadores, porém mantinham a perspectiva anterior de supervalorização de seu desempenho, na medida em que consideravam os índios como vítimas incapazes de agir diante da violência de um sistema no qual não tinham outra alternativa a não ser a fuga, a morte pela rebeldia ou a submissão aos dominadores.

A mensagem subjacente em narrativas como essas, nas quais um grupo, na condição de herói ou de vilão, vencia, dominava e anulava o outro enquanto agente social, parece bem clara na afirmação da superioridade de uns sobre os outros.

Predominantes em nossa historiografia e continuamente alimentadas pela mídia e pelas narrativas históricas em escolas, colégios e universidades, essas ideias foram facilmente incorporadas no imaginário da população brasileira, com imensos prejuízos para todos, mas principalmente para os índios.

Duplamente violentados, como afirmou (Carneiro da Cunha, 1992), pois além de terem enfrentado as trágicas consequências dos processos históricos vivenciados, sofreram e ainda sofrem os efeitos da história disciplina, na qual figuram em papéis secundários e depreciativos, entre as posições de vítimas passivas, bons selvagens ou bárbaros sanguinários.

Historicídio, nas palavras de (Hill, 1996), que contribuiu para reforçar em nossa sociedade ideais preconceituosas e estereotipadas sobre eles.

Ainda muito presentes no senso comum da população brasileira, essas ideais, além de extremamente danosas à autoestima dos índios, reforçam entre os não indígenas sentimentos preconceituosos e discriminatórios que resultam em atitudes de intolerância e violência contra eles. Desconstruí-las é tarefa essencial dos historiadores. É o que tem

sido feito nas últimas décadas, com resultados ainda bastante acanhados em face das imensas dificuldades em desconstruir concepções tão profundamente arraigadas.
Porém, não se trata apenas de repensar a trajetória dos povos indígenas em situações de contato, como tem sido feito por inúmeras pesquisas em diferentes regiões do Brasil. O mais difícil e fundamental é incorporar essas pesquisas para repensar a própria história do Brasil, como alertava Monteiro em 1995.
Sabemos que a realidade, de fato, não se divide, e a compartimentalização do saber histórico em vários campos de estudo atende à necessidade de
especialização, diante da complexidade dos objetos de análise que exigem recortes cada vez mais estreitos do ponto vista temático, temporal e espacial.
Daí a importância do diálogo contínuo entre os especialistas de forma a superar interpretações estanques que limitam as possibilidades de análise. Se os avanços historiográficos nas diversas áreas da história têm contribuído, de forma essencial, para repensarmos as histórias dos índios, estas últimas vão, cada vez mais, propiciando novas compreensões sobre diferentes temas. Alguns deles têm sido trabalhados por historiadores em diferentes regiões do Brasil fundamentando novas interpretações sobre nossa história.

GUERRAS INDÍGENAS E GUERRAS COLONIAIS

As narrativas históricas sobre a conquista do Rio de Janeiro sempre incluíram os índios. Afinal, o território foi conquistado mediante uma guerra violentíssima na qual participaram todos os segmentos sociais da colônia: autoridades, missionários,
colonos e povos nativos de diferentes etnias.
Ao focar o olhar sobre estes últimos, procurando compreender suas relações com os europeus a partir de seus próprios interesses, descortinamos um panorama complexo e dinâmico sobre as guerras e as ações dos personagens envolvidos.
A identificação dos diferentes grupos étnicos que responderam ao contato com os europeus de formas distintas desmonta esquemas simplistas que apresentavam os combatentes em blocos monolíticos e cristalizados nos papéis de aliados ou de inimigos. No Rio de Janeiro, ao invés de franceses e tamoios de um lado e portugueses e temiminós de outro, percebemos uma complicada rede de interações na qual circulavam os diferentes subgrupos tupis, em um vaivém de acordos e disputas entre si e com os europeus.
Mudavam de lado frequentemente, conforme as circunstâncias e seus interesses, que se modificavam com as experiências do contato (Almeida, 2003). Além disso, percebemos que os etnônimos utilizados pelos portugueses para classificar os vários povos nativos comportam grande dose de invenção (Monteiro, 2001).
Eram, afinal, classificados com base nos interesses e em compreensões bem equivocadas dos portugueses sobre suas línguas e características socioculturais, o
que levou à criação de inúmeras novas etnias.
Entre embates e acordos, acabaram assumindo a identidade sugerida pelos novos aliados e, com certeza, mais condizente com seus interesses naquele momento: tornaram-se os fiéis e valorosos temiminós que, liderados por Arariboia, contribuíram para a conquista da Guanabara, o que lhes valeu certos ganhos. Não tenho dúvida de que participaram dessa guerra movidos por interesses
próprios (Almeida, 2003).

Situações similares ocorreram em outras regiões do Brasil, como têm demonstrado inúmeros estudos localizados.

Os processos de etnificação isto é, as mudanças culturais e identitárias impostas aos índios em situações de contato têm sido analisados de forma
articulada aos processos de etnogênese.

Estes são os movimentos dos próprios povos nativos que, em resposta às mais variadas situações de desafio e violência, reelaboram práticas e relações culturais, políticas, econômicas e sociais, construindo, para si e para os outros, novas formas de identificação (Boccara, 2001; Barth, 2000; Thompson, 1987).

Considerando que os índios agiam movidos por interesses ligados às dinâmicas de suas organizações socioculturais, é essencial conhecê-las para compreender melhor suas relações inter étnicas.

Os estudos etnológicos sobre os tupis que, divididos em vários subgrupos, predominavam na costa brasílica, conduzem a novas compreensões sobre suas relações de contato no Rio de Janeiro e nas demais capitanias litorâneas.

Uma de suas características mais marcantes e fundamentais para essa compreensão era a extrema abertura às relações de alteridade que davam sentido às suas sociedades e se faziam, basicamente, mediante trocas, casamentos e guerras com grupos rivais e aliados (Fernandes, 1989; Viveiros de Castro, 1992; Fausto, 2000).

Daí a facilidade com que inseriram os europeus em suas relações intertribais, concedendo-lhes presentes e mulheres e integrando-os em suas guerras, como aliados ou inimigos. Isso nos permite entender a inserção de João Ramalho entre os Tupiniquins de São Paulo e de Caramuru entre os Tupinambás na Bahia, degredados que se casaram com as filhas de grandes chefes e alcançaram postos de chefia e prestígio nos grupos que os acolheram (Monteiro, 1994; Almeida, 2003). Ambos, evidentemente, incorporaram os costumes indígenas e atuaram conforme suas normas, pois, caso contrário, teriam sido mortos como tantos outros degredados.

Essas abordagens nos levam a identificar os limites das ações dos europeus e suas necessidades em negociar e abrir mão de exigências para conseguir o
imprescindível apoio dos nativos.

Se Alexander (Marchant, 1980) e John (Hemming, 2007) já haviam, há décadas, evidenciado a violência das guerras contra os índios, desconstruindo a imagem de conquista relativamente pacífica do território português na América, as pesquisas atuais demonstram como as escolhas e ações indígenas foram decisivas para vitórias ou derrotas, embora eles próprios tenham sido sempre os maiores prejudicados.

A maioria das capitanias hereditárias fracassou, em grande parte, por causa de ataques indígenas, e as duas que mais prosperaram - São Vicente e Pernambuco - foram aquelas cujos donatários puderam contar com o inestimável apoio de chefes nativos, com os quais estabeleceram estreitos laços de aliança
(Monteiro, 1994; Barbosa, 2007).

Sob essa perspectiva, ao invés de heróis portugueses derrotando índios selvagens com o apoio de índios fiéis e submissos que teriam se convertido completamente aos valores socioculturais portugueses, deparamos com grupos étnicos e sociais distintos que lutavam e negociavam, cada qual procurando fazer
valer seus interesses.

Os índios, por sua vez, deixam de ser vistos como tolos e manipulados, pois suas ações passam a ser entendidas como fruto de escolhas próprias condizentes com as lógicas de suas sociedades e com as possibilidades disponíveis. Escolhas limitadas, sem dúvida, pois as relações eram assimétricas e ocorriam em meio a um cenário caótico de extrema violência.

## ESCRAVIDÃO E TRABALHO INDÍGENA

Desde as pesquisas de Stuart (Schwartz, 1988) na Bahia e de John (Monteiro, 1994) em São Paulo, o equivocado pressuposto de que a mão de obra indígena teria sido pouco utilizada na agricultura já não se sustenta. No Rio de Janeiro, do século XVI ao XIX, os índios, na condição de escravos ou aldeados, integraram a força de trabalho da região. Essa integração variou, ao longo do tempo, quanto às diferentes atividades exercidas e, principalmente, quanto à sua
intensidade.

Apesar da escassez de fontes para se identificar os escravos índios dadas as restrições legislativas, há claros indícios de sua ampla existência na capitania até,
pelo menos, a segunda metade do século XVII.

Embora o tráfico negreiro já estivesse em franco desenvolvimento e o trabalho dos escravos negros fosse também bastante uti-

lizado, as fontes indicam que os índios ainda constituíam, ali, força de trabalho essencial. Informações documentais e historiográficas permitem supor que, no Rio de Janeiro, tal como na Bahia e em São Paulo, a utilização do trabalho dos escravos africanos aumentava na medida em que diminuíam as possibilidades de uso da mão de obra indígena, por diversas razões que não serão aqui abordadas (Almeida, 2003).

O trabalho dos índios era a alternativa mais racional para uma economia que visava a acumulação com um mínimo de investimentos de capitais.

A guerra, principalmente contra o gentio, apresentava-se, na América, como mecanismo fundamental de montagem da economia colonial (Fragoso, 1997).

Isso se observa claramente no Rio de Janeiro, onde inúmeros povos indígenas aliados ou inimigos desempenharam importante papel, tanto na guerra como na construção e desenvolvimento da nascente capitania.

Os inimigos tornavam-se escravos legítimos e eram dados como recompensa aos bravos guerreiros do rei. Ao analisar as formas de acumulação da elite no Rio de Janeiro do século XVII, João (Fragoso, 1995) demonstrou como a montagem das fortunas das famílias mais poderosas da região não se deu apenas por meio de compras.

Seu patrimônio agrário escravista constituiu-se e reproduziu-se também pela doação de sesmarias, índios cativos e crédito, obtidos por estreitas relações com o poder (Fragoso, 1997).

Os aliados também constituíram importante força de trabalho na capitania até o século XIX. Aldeavam-se para cumprir inúmeras funções, dentre as quais a de servir ao rei, aos moradores e aos missionários sob a imposição do trabalho compulsório, regulado por várias leis que, como de praxe, variavam ao longo do tempo e de acordo com a pressão dos interessados.

Foram inúmeras as disputas em torno da repartição do trabalho dos aldeados, disputas essas que não se davam simplesmente entre colonos e jesuítas, como costumava sugerir a historiografia.

Apesar da condição subalterna e dos incalculáveis prejuízos, abusos e explorações que lhes eram impostos, os índios participaram ativamente dos embates sobre seu trabalho. Os jesuítas, inúmeras vezes, deixaram claro os limites de seu controle sobre eles. A repartição dos aldeados para os serviços ficava a cargo dos líderes indígenas que, como capitães-mores das aldeias, eram encarregados de intermediá-la com o padre superior.

As fontes sobre os conflitos nos permitem identificar, nas aldeias, um complexo jogo de forças entre os chefes indígenas, os índios comuns, os padres superiores, os moradores e as autoridades locais.

Sem descartar as possíveis dissimulações presentes em todos os discursos que procuravam justificar o não cumprimento das ordens reais, é imperioso constatar a participação dos indígenas nesses embates (Almeida, 2003).

Escravizações ilegítimas também foram contestadas pelos próprios índios que recorriam à justiça para obter a liberdade, como demonstraram (Mello, 2009) na Amazônia e (Resende, 2003), em Minas Gerais.

Não resta dúvida que a inserção dos índios nas atividades produtivas da capitania passava também por seus próprios interesses e possibilidades de resistência, tendo sido amplamente disputada até o século XIX, tanto no Rio de Janeiro como em outras regiões do Brasil. As atuais pesquisas sobre o trabalho indígena na América portuguesa revelam a complexidade das múltiplas formas de relações de trabalho na colônia e apontam para a importância de análises que levam em conta, de forma articulada, as diferentes modalidades de trabalho compulsório e o trabalho escravo de índios, africanos e seus descendentes.

## ETNIAS INDÍGINAS NO BRASIL

No Censo anterior (2010), o IBGE havia identificado 305 grupos étnicos indígenas no Brasil, falantes de 274 diferentes línguas. Dentre eles, há dois troncos principais:

• Macro-Jê: que incluem os grupos Boróro, Guató, Jê, Karajá, Krenák, Maxakali, Ofayé, Rikbaktsa e Yatê.
• Tupi: onde estão os Arikém, Awetí, Jurúna, Mawé, Mondé, Mundurukú, Puroborá, Ramaráma, Tuparí e Tupi-Guarani.

Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA), as etnias que se destacam pelo número de habitantes (números do Censo 2010) são:

• Guarani: originários do tronco da família linguística tupi, os guaranis habitam diversos estados do Brasil e estão divididos em três grupos: kaiowá, mbya e ñadevaesse.
• Ticuna: pertencente à família linguística ticuna, estão localizados na Amazônia, sobretudo às margens do rio Solimões. Eles são considerados o maior grupo indígena que vive na região.
• Caingangue: proveniente do tronco da família linguística macro-jê, os caingangues se concentram em quatro estados do Brasil: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
• Macuxi: da família linguística Karib, os macuxis encontram-se, na maioria, no estado de Roraima, vivendo majoritariamente em aldeias e pequenas habitações isoladas pelo estado.
• Guajajara: oriundos do tronco tupi, os guajajaras existentes moram no estado do Maranhão.
• Terena: da família linguística aruak, encontram-se nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo.
• Yanomami: da família linguística yanomami, esse grupo habita os estados do Amazonas e Roraima.
• Xavante: originários do tronco da família linguística macro-jê, os xavantes estão concentrados em reservas indígenas no estado do Mato Grosso.
• Potiguara: pertencem ao tronco da família linguística tupi e estão concentrados nos estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.
• Pataxó: da família linguística pataxó, esse grupo encontra-se nos estados da Bahia e Minas Gerais.

## CONCLUSÃO

Lembrando que os avanços historiográficos nos vários campos de saber caminham juntos e influenciam-se mutuamente, convém considerar que a história indígena, beneficiada pelo desenvolvimento de pesquisas em outras áreas, renovasse continuamente, produzindo conhecimentos que possibilitam repensar vários outros temas, como procurei demonstrar ao longo deste artigo. Porém, retomando as considerações de (Monteiro, 1995) e (Lara, 2014), vale ressaltar que ainda temos muito que avançar, sobretudo, no sentido de conectar histórias, pois ainda são poucos os historiadores que, voltados para outros temas, incorporam as contribuições da história indígena e da história da escravidão para repensar seus próprios objetos de análise. Quando essa prática se tornar mais frequente, não tenho dúvida de que muitas outras revisões historiográficas serão feitas. Muitas outras páginas da nossa história serão reescritas e os índios poderão, talvez, ter um futuro melhor (Monteiro, 1995).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:


• _____.; VAINFAS, Ronaldo (Ed.) Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
• CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. In: _____. (Ed.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.9-24.
• CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios cristãos: poder, magia e religião na Amazônia colonial. Curitiba: Ed. CRV, 2017. (no prelo).
• CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil - 1580-1620. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: Edusc, 2006.
• DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: CNCDP, 2000.
• FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
• FRAGOSO, João. Apresentação. In: _____.; GOUVÊA, Maria de Fátima (Ed.) O Brasil Colonial 1443-1580. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.7-37.
• _____. Cartas que falam sobre a pintura do arquiteto do mundo. (Introdução).

Documentos Históricos, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v.CXI, 1997. p.15-24).
• _____. À espera das frotas: hierarquia social e formas de acumulação no Rio de Janeiro, século XVII. Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, n.1, p.53-62, 1995.
• FERNANDES, Florestan. A organização social dos Tupinambá [1949]. São Paulo: Hucitec, 1989.
• GARCIA, Elisa Frühauf. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.
• GODOY, Silvana Alves de. Mestiçagem, guerras de conquista e governo dos índios: a vila de São Paulo na construção da Monarquia Portuguesa na América (séculos XVI e XVII). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2017.
• GOMES, Flávio dos Santos. A hydra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
• GOUVÊA, M. de Fátima S. Diálogos historiográficos e cultura política na formação da América Ibérica. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, M. Fernanda B.; GOUVÊA, M. de Fátima S. (Ed.) Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
• GUIMARÃES, Manoel Luiz S. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional.
Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n.1, p.5-27, 1988.
• HEMMING, John. Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros. Trad.
Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007.
• HILL, Jonathan (Org.) History, Power and Identity: ethnogenesis in the Americas, 1942-1992. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.
• KODAMA, Kaori. Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.
• KOK, Gloria. O sertão itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004.
• LANGFUR, Hal. Uncertain Refuge: Frontier formation and the origins of the Botocudo War in late colonial Brazil. Hispanic American Historical Review, v.82, n.2, p.215-256, 2002.
• LARA, Silvia Hunold. O Domínio Colonial e as Populações do Novo Mundo.
In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, IV., 2012, Belém. Anais... Belém: Açaí, 2014. v.1, p.1-14.
• LOPES, Fátima Martins. Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2005.
• MARCHANT, Alexander. Do escambo à escravidão. Trad. Carlos Lacerda.
2.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; [Brasília]: INL, 1980.
• MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista e seus reflexos nas
Capitanias do Norte da América portuguesa. In: _____.; OLIVEIRA, Carla Mary S. (Ed.) Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2007. p.125-159.
• MELLO, Evaldo Cabral de. O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
• MELLO, Marcia Eliane A. S. Fé e Império: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas. Manaus: Ed. Ufam, 2009.
• MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. Trad. James Emanuel de Albuquerque. Tempo, Niterói: Eduff, v.14, n.28, p.223-237, 2010.
• MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da S.; GRUPIONI, Luís D. Benzi (Ed.) A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus.
Brasília: MEC; Mari; Unesco, 1995. p.221-228.
• _____. Negros da terra: índios e bandeirantes - origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
• _____. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do indigenis-

mo. Tese (Livre Docência em História) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2001.
• MOREIRA, Vânia Maria L. Entre índios e escravos armados: alianças interétnicas e formação de quilombos na província do Espírito Santo, 18081850. Afro-Ásia, Salvador, n.41, p.57-83, 2010.
• OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.) A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
• PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In:
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.115-132. • POMPA, Cristina. Religião como tradução: missionários, Tupi e "tapuia" no Brasil Colonial. Bauru, SP: Edusc, 2003.
• RAMINELLI, Ronald. Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e Ultramar Hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.
• RESENDE, M. Leônia Chaves de. Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2003.
• ROCHA, Rafael Ale. A elite militar no estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2013.
• SCHWARTZ, Stuart. Brazilian Ethnogenesis: Mestiços, Mamelucos, and Pardos. In: GRUZINSKI, Serge; WACHTEL, Nathan (Ed.) Le Nouveau Monde: Mondes nouveaux. L'experience americaine. Paris, 1996. p.7-27.
• _____. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial.
Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
• _____.; LANGFUR, Hal. Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. Afro-Ásia, Salvador, v.29/30, p.13-40, 2003.
• SENA, Ernesto Cerveira de. Disputas, integraciones y transgresiones en la región de frontera: márgenes de Bolívia e Imperio de Brasil (1825-1850). Saarbrücken: Dictus Publishing, 2013.
• SILVA, Edson. Confundidos com a massa da População: o esbulho das terras indígenas no Nordeste no século XIX. Revista do Arquivo Público de Pernambuco, Recife, v.42, n.46, p.17-29, 1996.
• SILVA, Isabelle B. Peixoto da. Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Campinas: Pontes, 2005.
• VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. Revista de Antropologia, São Paulo: USP, v.35, p.21-74, 1992.